Balanços patrimoniais 31 de dezembrode 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Circulante Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber	4 5	7.714 35.612	12.942 28.842
Estoques Impostos a recuperar	6 7	24.298 9.635	20.736 7.005
Outras contas a receber Despesas antecipadas		3.348 267	2.512 161
Total do ativo circulante		80.874	72.198
Não circulante			
Ativo atuarial relativo ao plano benefício pós emprego (assistência médica)	11.c	1.091	1.420
Depósitos judiciais	11.b	671	261
Impostos a recuperar Outras contas a receber	7	2.377 598	2.432
Imobilizado	8	167.964	161.175
Intangível	9	615	523
Total do ativo não circulante		173.316	165.811
Total do ativo		254.190	238.009

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	30.392	26.318
Fornecedores		5.814	7.985
Programa de recuperação fiscal – REFIS	16	2.279	2.298
Impostos e contribuições	14	1.325	1.752
Incentivo fiscal - PRODEC	15	170	2.878
Arrendamento mercantil – leasing	13	276	727
Adiantamentos de clientes		2.617	2.260
Provisão para férias e encargos		5.196	4.667
Outras contas a pagar	_	2.581	2.283
Total do passivo circulante		50.650	51.168
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	16.712	9.904
Programa de recuperação fiscal – REFIS	16	99.443	98.554
Imposto de renda e contribuição			
social diferidos	18.a	21.233	20.753
Impostos e contribuições	14	110	243
Arrendamento mercantil – leasing	13	-	270
Incentivo fiscal – PRODEC	15	681	544
Provisão para contingências	11.a	1.054	738
Plano de benefício pós-emprego (assistência médica)	11.c	864	395
Outras contas a pagar		299	-
Total do passivo não circulante		140.396	131.401
Patrimônio líquido	12		
Capital social		8.594	8.594
Reserva legal		116	-
Ajuste de avaliação patrimonial		52.238	54.133
Reservas de lucros		2.196	-
Lucros (Prejuízos) acumulados		-	(7.287)
Total do patrimônio líquido	_	63.144	55.440
Total do passivo e patrimônio líquido	_	254.190	238.009
Lanca and Lanca and Assess	_		======

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)-

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional líquida	23	183.783	172.191
Custo dos produtos vendidos	24 _	(134.236)	(126.226)
Lucro bruto		49.547	45.965
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	24	(11.466)	(11.143)
Despesas gerais e administrativas	24	(18.379)	(15.982)
Outras despesas operacionais	21	(2.198)	(690)
Despesas operacionais líquidas	_	(32.043)	(27.815)
Resultado antes do resultado financeiro		17.504	18.150
Despesas financeiras	22	(8.683)	(9.589)
Receitas financeiras	22	3.096	3.953
Resultado financeiro líquido		(5.587)	(5.636)
Lucro antes dos tributos sobre lucro		11.917	12.514
Imposto de renda e contribuição social	18.b	(3.956)	(3.816)
Lucro líquido antes das participações	_	7.961	8.698
Participação dos administradores	12	(257)	-
Lucro liquido do exercício		7.704	8.698
Lucro por ação, básico e diluído – em Reais (R\$)	_	3,42	3,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)-

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Lucro liquido do período		7.704	8.698
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente	_	7.704	8.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

			Reserva	de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		8.594	-	-	(17.555)	55.703	46.742
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	1.570	(1.570)	-
Lucrolíquido do exercício	12	-	-	-	8.698	-	8.698
Saldos em 31 de dezembro de 2011	12	8.594	-		(7.287)	54.133	55.440
Lucro líquido do exercício	12	-	-	-	7.704	-	7.961
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	12	-	-	-	1.895	(1.895)	-
Reserva legal Dividendos a serem propostos	12 12	-	116	2.196	(116) (2.196)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12	8.594	116	2.196		52.238	63.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 e dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

(Lin minares de reais)	31/12/2012	31/12/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES		
OPERACIONAIS Lucro antes dos impostos	11.917	12.514
Imposto de renda e contribuição social	(3.956)	(3.816)
Participações	(257)	-
Lucro líquido do período	7.704	8.698
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
Geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	9.398	8.532
Baixas Depreciação e amortização	(889)	- 0.400
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos Resultado na venda de imobilizado e de investimento	2.850 287	3.499
nesultado na venda de imobilizado e de investimento	201	-
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS		
(Aumento) Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(6.807)	(6.976)
Estoques	(3.562)	(495)
Adiantamentos diversos	(153)	1.197
Outros ativos	(1.961)	(3.156)
Aumento (diminuição) dos passivos	(0.470)	(00)
Fornecedores	(2.172)	(32)
Obrigações fiscais Obrigações sociais e trabalhistas	(2.969) (71)	(1.002) 268
Outros passivos	687	(1.323)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS		(::0=0)
NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.342	9.210
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE		
INVESTIMENTO	(>
Adições ao imobilizado e intangível	(18.474)	(11.782)
Baixas ao imobilizado e intangível DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS	3.085	255
APLICADAS NAS ATIVIDADES DE		
INVESTIMENTOS	(15.389)	(11.527)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE		· , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
FINANCIAMENTO		
Captações (pagamento) de empréstimos e	7.010	(0.47)
financiamentos DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (APLICADAS)	7.819	(947)
GERADAS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.819	(947)
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.228)	(3.264)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	12.942	16.206
No fim do período	7.714	12.942
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.228)	(3.264)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações :	financeiras	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado Período findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas	202.746	188.323
Vendas de mercadorias produtos e serviços	200.341	187.168
Receitas operacionais	2.405	1.155
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui impostos)		
Custos dos produtos, das mercadorias e serviços		
vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros e	(07.044)	(00.504)
despesas operacionais	(97.344)	(90.591)
Valor adicionado bruto	105.402	97.732
Retenções		
Depreciações e amortizações	(8.509)	(8.532)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	96.893	89.200
Receitas financeiras	3.096	3.953
Valor adicionado total a distribuir	99.989	93.153
valor adicionado totar a distribuir	99.909	93.133
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	54.938	47.217
Remuneração direta	39.794	35.101
Benefícios	11.253	8.527
FGTS	3.891	3.589
Administradores	257	
Participação	257	-
Tributos	23.833	25.459
Federais	21.721	23.435
Estaduais	1.862	1.857
Municipais	250	167
Remuneração de capital de terceiros	13.257	11.779
Juros e Variações Cambiais	13.257	11.779
Lucros	7.704	8.698
Lucro líquido do exercício	7.704	8.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais.

A Visão, Missão e Valores, fazem parte do cotidiano da gestão. Inovando e investindo no conhecimento e na tecnologia, a Companhia é reconhecida como uma das melhores do mundo no setor de fundição e usinagem por sua qualidade de processos e respeito ao colaborador - foi a primeira fundição de aço no mundo a receber a certificação internacional SA 8000, além de conquistar o ISO 9001:2008 e outros certificados.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como "repetitivas", quando são feitas em série, constituindo produtos ou partes e peças e até conjuntos de peças para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou "sob encomenda", quando são feitas sob medida para o cliente de forma não-seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem "repetitivas" ou "sob encomenda", todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional, de clientes dos mercados nacional e internacional.

A Companhia assume há anos o compromisso de transformar o aço em aplicações que contribuem para o desenvolvimento global, tendo como visão, "Ser excelência no mercado mundial de fundidos em aco".

2. Políticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2013.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a estimativa de perdas com clientes e nos estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valor Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*.

2.1 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na prestação efetuada. Quando os serviços não puderem ser medidos de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, se aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, estão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensá-los contra o passivo fiscal e os impostos diferidos relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS: 7.6%
- Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Prestação de serviços – ICMS: 7% a 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS: 2% a 5%
- Imposto sobre Produtos Industrializados 8% a 15%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(i) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é revogada, cancelada ou expirar.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 05.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo de aquisição ou produção, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

(i) Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio e, (ii) Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 06.

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. No encerramento do exercício a Companhia avaliou o impacto da aplicação do conceito de ajuste a valor presente em suas contas a receber e a pagar e identificou que os ajustes, se procedidos, seriam insignificantes, portanto, optou por não demonstrar o impacto do ajuste a valor presente em seu balanço.

2.8. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento são satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

2.9. Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.10. Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da Companhia é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.13. Partes relacionadas

As transações de compras e vendas de insumos e produtos, quando efetuadas, são praticadas em condições e prazos de mercado, conforme divulgado na nota 17.

2.14. Plano de benefício pós-emprego (assistência médica)

A Companhia patrocina plano pós-emprego do tipo benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelo plano de benefício definido é estabelecido utilizando o método previsto na Deliberação CVM 600 de 2009.

Os compromissos atuariais com o plano são provisionados, conforme procedimentos previstos pelo CPC 33, com base em cálculos atuariais, elaborados anualmente por atuários independentes. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados (Nota 11.c).

No plano de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou, de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no resultado da Companhia corresponde ao excesso que não se enquadrou no "corredor" dividido pelo tempo médio de trabalho restante dos empregados que participam do plano. O corredor corresponde ao que for maior dentre:

- (1) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- (2) 10% do valor justo dos ativos do plano.

A Companhia reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio exercício em que foi realizado o cálculo atuarial,conforme permitido pela Deliberação CVM n.º 600/2009.

As contribuições devidas pela Companhia aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 11.c) refere-se ao valor justo dos ativos do plano e sua realização ocorrerá até o final do plano.

2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

2.16. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para litígios e demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, gerados no curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Novos pronunciamentos contábeis

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2012.

A Administração da Companhia avaliou estes novos normativos e em seu entendimento e avaliação a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações não têm impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo estes novos procedimentos e interpretações:

• <u>IFRS 7 Instrumentos financeiros</u>: Enfatiza a necessidade de elementos quantitativos e qualitativos nas divulgações de riscos financeiros.

Adicionalmente, alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e ainda não haviam

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

> entrado em vigor na data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando entrarem m vigor:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou "reciclados") ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.
- IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros— Revisões da IAS 32 Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 7 Divulgações Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros Revisões da IFRS 7 Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros Classificação e mensuração a norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27
 Demonstrações Financeiras Separadas A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 Consolidação Entidades de Propósito Específico. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.
- IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

A avaliação preliminar da Companhia é de que a adoção dos novos pronunciamentos mencionados acima não trará efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de Assistência Médica

O custo de planos de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para litígios e demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	1.456	314
Aplicações financeiras	6.258	12.628
TOTAL	7.714	12.942

Em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento de 100% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2012	31/12/2011
Mercado Interno	14.180	11.102
Mercado Externo	21.927	18.243
(-) Ajuste a Valor Presente	(266)	(320)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(229)	(183)
TOTAL	35.612	28.842

 a) a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício Adições	(183) (46)	(454)
Recuperações/ realizações	-	271
Saldo no final do exercício	(229)	(183)
b) ciclo financeiro:	31/12/2012	31/12/2011
Duplicatas a vencer até 30 dias	18.134	9.293
Duplicatas a vencer há mais de 30 dias	13.085	17.006
Duplicatas vencidas até 30 dias	2.506	1.210
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	2.382	1.333
Total	36.107	28.842

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

6. Estoques

	31/12/2012	31/12/2011
Produtos Acabados	3.663	1.889
Produtos em Elaboração	14.880	13.177
Matéria Prima	1.501	1.430
Materiais Auxiliares	2.462	2.437
Outros Materiais	1.515	1.440
Mercadorias em Consignação	277	363
TOTAL	24.298	20.736

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não foi necessária a constituição de nenhuma provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ, CS, IPI, PIS, COFINS	8.624	7.595
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	3.388	1.842
	12.012	9.437
Circulante	9.635	7.005
Não Circulante	2.377	2.432

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

8. Imobilizado

a) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2012:

Máquinas,

	-	Equipamentos					
	Terrenos e Edificações	e Veículos, Modelos e	Móveis e	Imobilizados	Arrendamento	Outros	
	Próprias	Moldes	Utensílios	em Curso	Mercantil	Imobilizados	Total
Custo:							
Em 31Dezembro2011	109.243	148.548	4.311	11.679	2.300	2.050	278.131
Adições	2.613	9.295	262	5.752	-	235	18.157
Transferências	6.861	6.757	-	(13.841)	-	223	-
Baixas	(1.964)	(1.047)	(52)	-	-	(22)	(3.085)
Em 31Dezembro2012	116.753	163.553	4.521	3.590	2.300	2.486	293.203
<u>Depreciação</u>							
Em 31 Dezembro2011	(21.306)	(90.432)	(2.877)	-	(744)	(1.597)	(116.956)
Depreciação	(1.599)	(6.793)	(365)	-	(183)	(232)	(9.172)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas		792	36	-		61	889
Em 31Dezembro2012	(22.905)	(96.433)	(3.206)	-	(927)	(1.768)	(125.239)
Valor Contábil							
Em 31 Dezembro2011	87.937	58.116	1.434	11.679	1.556	453	161.175
Em 31Dezembro2012	93.848	67.120	1.315	3.590	1.373	718	167.964

Foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 57 milhões em garantia do REFIS.

Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas as vidas úteis, as quais foram aplicadas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 conforme abaixo indicado:

vea-úe

Classe de Imobilizado	vida Util Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos
Máquinas e Equipamentos	18 anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

Móveis e Utensílios	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	4 anos

9. Intangível

a) Movimentação do Ativo Intangível - 2012:

	Software
Custos:	
Em 31 Dezembro 2011	2.944
Adições	317
Em 31Dezembro2012	3.261
Amortização:	
Em 31Dezembro2011	(2.421)
Amortização	(225)
Em 31Dezembro2012	(2.646)
Em 31 dezembro 2011	523
Em 31dezembro 2012	615

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

10. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		30.392	26.318
ACC	6,5%a.a	8.786	11.631
Capital Giro	CDI+0,80 a 1,2%a.m.	18.513	14.161
Finimp GCB696/10	U\$+7,40%a.a.	585	419
Finame / BNDES	5,50% a.a.	2.508	107
Não Circulante		16.712	9.904
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	9.745	9.288
Finimp GCB 696/10	U\$ + 7,40% a.a.	681	385
Finame / BNDES	5,50% a .a	6.286	231
Total	-	47.104	36.222
Moeda Nacional	·	29.941	13.319
Moeda Estrangeira		17.163	22.903

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

Vencimento dos financiamentos e empréstimos não Circulante:

	31/12/2012
2013	30.392
2014	10.059
2015	4.605
2016	862
2017	825
2018	361
Total	47.104

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantidos por avais da Companhia Werner (acionista da Companhia) conforme nota 17.a e penhora de máquinas e equipamentos. Adicionalmente, estes empréstimos não tem cláusulas restritivas ("covenants").

11. Provisões para litígios e demandas judiciais

11.a) Contingências

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2011
Trabalhistas	694	392	(76)	378
Tributárias	360	-	-	360
	1.054	392	(76)	738

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 694 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 378 mil em 31 de dezembro de 2011) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de R\$ 727 mil, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de êxito da Companhia nestes processos será possível ou provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

11.b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2011
Ações trabalhistas	671	414	(4)	261

11.c) Atuarial

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos, e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do beneficio pós – emprego reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais.

O registro da provisão foi suportado por um estudo atuarial e a avaliação do plano adotou o método da unidade de crédito projetado, sendo que os ativos e passivos atuariais em 31 de dezembro de 2012 e 2011, podem ser resumidos como segue:

Ativos e Passivos atuariais	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	1.618	1.804
Valor justo dos ativos do plano	(1.091)	(1.420)
Ganho atuarial não reconhecido	477	598
Custo do serviço passado não reconhecido	(140)	(587)
(Ativo)/Passivo Atuarial Líquido no Final do Exercício	864	395
Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
1 Valor das obrigações no início do ano	(1.804)	(871)
2 Custo do serviço corrente	(40)	(35)
3 Juros sobre a obrigação atuarial	(175)	(89)
4 Benefício pagos no ano	16	-
5 (Ganho)/Perda atuarial nas obrigações	389	(809)
6Valor das obrigações no final do ano	(1.618)	(1.804)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

2012	2011
1.420	-
12	-
142	-
16	13
(16)	-
(483)	1.407
1.091	1.420
	1.420 12 142 16 (16) (483)

• As despesas projetadas para o exercício de 2012 e 2011 são as seguintes:

Componentes da (receita)/despesa projetada		
1 Custo do serviço corrente	63	35
2 Juros sobre a obrigação atuarial	160	89
3 Rendimento esperado no ano	(107)	-
4 Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(21)	-
5 Amortização de Custo de Serviço Passado	26	24
6 (Receita)/Despesa projetada	121	148
-		
Conciliação de ganhos e perdas atuariais		
Reconciliação dos (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos		
1 (Ganho)/Perda atuarial líquida não reconhecida no início do ano	598	-
2 (Ganho)/Perda atuarial sobre o valor presente das obrigações	385	809
3 (Ganho)/Perda atuarial sobre o valor do ativo e atualizações	(506)	(1.407)
4 (Ganho)/Perda atuarial líquida não reconhecida no final do ano	477	(598)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

> As premissas atuariais utilizadas pela Companhia em 2012 e 2011 são as seguintes:

Premissas Econômicas:

Taxa de desconto para a obrigação Atuarial em 31 de		
dezembro	4,34% a.a	5,55% a.a
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do		
plano	9,87% a.a	10,0%a.a
Incremento dos custos médicos em função do avanço		
da idade	3,00% a.a	3,00% a.a
Índice estimado de aumento dos Benefícios	5,30% a.a	4,00% a.a
Índice de inflação	5,30% a.a	4,00% a.a
Valor do CMM – Custo Médico Médio	1.442	1.200
<u>Premissas Demográficas</u>		
Tábua biométrica de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000

 As expectativas de pagamentos de benefícios futuros pela Electro Aço Altona projetadas pelo consultor atuarial externo são as seguintes:

	Projeção 2013	Projeção 2012
2012	-	41
2013	56	43
2014	69	69
2015	73	76
2016	78	78
Próximos doze anos	276	276
Total	552	580

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é constituído de 2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

máximo de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

b) Reservas de lucros

Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 daLei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Participação dos administradores

Do lucro que remanescer será atribuído uma participação aos administradores de 10%, calculada na forma prevista nos artigos 153 e 190 da Lei 6.404, a qual somente farão jus se pago o dividendo mínimo obrigatório. Para fins de demonstração financeira, conforme instruído pelo Manual de Contabilidade Societária, este valor já está deduzido do resultado do exercício como "Participações" abaixo da linha do Imposto de Renda.

Lucros a distribuir

O saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$2.196, foi alocado à reserva de lucros a distribuir. A destinação final de tal valor será decidida em Assembleia de Acionistas a ser realizada em 29 de abrilde 2013.

	31/12/2012
Prejuízos acumulados	(7.287)
Lucro líquido do exercício(considerando a	
participação dos administradores)	7.961
Realização da avaliação patrimonial	1.895
Lucros acumulados remanescentes	2.569
Participação dos administradores (10%)	(OF7)
Participação dos administradores (10%)	(257) 2.312
Base Reserva Legal	2.312
Reserva Legal (5%)	(116)
1 1 2 2 3 1 1 2 3 4 1 (2 / 3)	(****)
Lucro líquido a distribuir aos acionistas	2.196
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	549
Lucro líquido a destinar	1.647
Lucio ilquido a destillai	1.047

c) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido doexercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

13. Arrendamento mercantil

A Companhia celebrou contratos de arrendamento mercantil junto ao Banco Safra Leasing S/A, para modernização do setor de usinagem, e o setor de TI (servidor da IBM Storage) cujos saldos a pagar estão abaixo demonstrados:

		31/12/2012		31/12/2011	
Contratos	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
75.150.920-5	31/03/2013	171	-	687	171
1180259	23/01/2014	114	-	121	112
(-) Ajuste Valor Presente	Э	(9)	-	(81)	(13)
		276		727	270

O montante de encargos financeiros apropriados ao resultado é de R\$ 272 mil (R\$ 339mil em 31 de dezembro de 2011).

14. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a pagar, apresentam a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
INSS	373	769
FGTS	292	248
Imposto de renda retido na fonte	476	442
Sesi, Senai e outros	105	221
IR e CS a recolher	189	315
	1.435	1.995
Circulante	1.325	1.752
Não Circulante	110	243

Dia 17 de setembro foi aprovada pelo Governo Federal a Medida Provisória 563, convertida na Lei 12.715. A Companhia foi enquadrada em algumas modalidades expedida no Plano, tais como: a) desoneração da Folha de Pagamento; b) REINTEGRA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

15. Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC.Programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – 07 de Abril de 2006. Tal incentivo se caracteriza pela concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual é utilizado à medida que a Companhia apresenta incremento dos valores devedores de ICMS apurados em suas operações. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo de imposto apresentado pela Companhia, sendo concedido prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão.

Os créditos utilizados mensalmente são devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estender-sea168 meses. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 houve um adendo no contrato inicial referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando o total de crédito liberado para R\$ 15.359, deste montante a Companhia utilizou até o momento R\$ 6.584 mil.

A Companhia utilizou-se do beneficio fiscal que, atualizado, perfaz o montante destacado abaixo:

•	31/12/2012	Amortizações	Atualizações	31/12/2011
PRODEC	851	(2.946)	375	3.422
	851	(2.946)	375	3.422

O cronograma previsto para as parcelas classificadas no passivo não circulante está abaixo demonstrado:

	31/12/2012
2013	170
2014	396
2016	285
Total	851

A Companhia registra como pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de R\$ 5.965 mil, findos em 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

16. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada naLei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhiaprotocolou, emfevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no Programa, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063. Em garantia do Programa, foram arrolados e penhorados, bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporados ao parcelamento à razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também no âmbito administrativo a inclusão indevidadesupostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que para aqueles exercícios a mesma não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.003 mil em 31 de dezembro de 2012.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2012	Amortizações	Atualizações	31/12/2011
REFIS	101.722	(2.460)	3.330	100.852
	101.722	(2.460)	3.330	100.852

17. Partes Relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme abaixo.

a) Garantias

Em garantia aos empréstimos bancários da firmados pela Companhia em 2011 e 2012, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia celebrou com a

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

Companhia Werner (acionista da Companhia), a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80 milhões. Em 31 de dezembrode 2012, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, é de R\$ 54,5 milhões. Para o ano de 2012, a Companhia pagou à avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$ 784 mil (R\$ 1.017 mil em 31 de dezembrode 2011), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente e quatro Conselheiros, e seus respectivos suplentes e Diretoria Estatutária, sendo, um Diretor Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Administrativo. A Companhia tem instituído o Conselho Fiscal, com três membros com seus respectivos suplentes. Os membros da administração e do Conselho Fiscal fizeram jus à remuneração de R\$ 4.482 mil, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 889 mil por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 5.371 mil para o ano de 2012.

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas-chave da administração, remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós emprego, exceto o descrito na Nota 11.c.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

18. Imposto de Renda e Contribuições Social

a) Impostos diferidos

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

Crédito tributário ativo	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias	935	816
Prejuízo fiscal e base negativa	4.743	6.318
	5.678	7.134
Credito tributário passivo Valor justo do ativo imobilizado (deemedcost) - CPC 27	26.911 26.911	27.887 27.887
Passivo líquido não Circulante	21.233	20.753

i) <u>Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais</u>

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, aprovado pela Instrução CVM nº 371/02 e Deliberação CVM nº 599/09 que trata de tributos sobre o lucro.

ii) Prazo estimado de realização

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados nos próximos quatroanos (vide cronograma abaixo).

Em 31de dezembro de 2012 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 13.476 (R\$ 18.134 em 31/12/2011) e base negativa de contribuição social num total de R\$ 15.259 (R\$ 19.831 em 31/12/2011), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 3.369 (R\$ 4.534 em 31/12/2011) e CS diferido de R\$ 1.374 (R\$ 1.784 em 31/12/2011). Tendo por base estudos elaborados pela Administração, foi registrado estes créditos diferidos. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios para 2012 e 2013, examinados e aprovados

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371.

A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

	Estimativa
Ano	Compensação
2013	1.533
2014	1.500
2015	1.391
2016	319
Total	4.743

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes dos impostos	11.917	12.514
IR/CS a alíquota de 34%	(4.052)	(4.255)
(Exclusões)/adições		
Diferenças permanentes	(96)	235
Outras	· -	204
Total	(3.956)	(3.816)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

19. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como: riscos de responsabilidade civil e de lucros cessantes, e demais coberturas como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada (R\$ mil)	Vigência até
Responsabilidade civil Administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	5.000	16/03/2013
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis	1.395	27/01/2013
Vida Dirigentes	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos Dirigentes	2.197	25/10/2013
Vida Coordenadores	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos Coordenadores	1.430	04/05/2013
Transporte Internacional Importação	Seguro de Transporte ref. Importação de mercadorias	Conforme valor das NFs/Faturas/Invs.	01/09/2013
Responsabilidade civil Geral	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	13.800	08/08/2013
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Incêndio, danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	74.000	05/05/2013
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	56.882	05/05/2013
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	600	20/09/2013
Responsabilidade Civil Ambiental	Danos Involuntários causados ao meio ambiente	5.000	03/08/2013

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 39 e CPC40, e OCPC 03, de 19 de novembro de 2009, que revogou a Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados nas Informações anuais em 31 de dezembrode 2012 e em 31 de dezembro de 2011, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

	Valor Contábil		Valor de	Mercado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	7.714	12.942	7.714	12.942
Contas a receber de clientes	35.612	28.842	35.612	28.842
Fornecedores	5.814	7.985	5.814	7.985
Financiamentos e empréstimos	47.104	36.222	47.104	36.222

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

(i) Riscos financeiros

Riscos de moeda estrangeira

Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida

Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012.

(ii) Riscos operacionais

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2012	31/12/2011
Outras receitas		
Despesas Recuperadas	412	637
Outras Receitas	1.993	518
	2.405	1.155
Outras despesas		
Perda com Operações Comerciais	(197)	(1.017)
Contratos de aval e fiança	(784)	` (483)
Outros itens Extraordinários	(3.622)	(345)
	(4.603)	(1.845)
Outras receitas (despesas)		
operacionais , líquidas	(2.198)	(690)

A principal movimentação para ano de 2012 na conta outras receitas, foi o reconhecimento do programa REINTEGRA (R\$ 1.530 mil), beneficio fiscal para empresas exportadoras. Já no grupo outras despesas, na conta itens extraordinários, está contabilizado o recálculo do credito presumido de ICMS (R\$ 3.213 mil), beneficio do regime especial para empresas que reciclam materiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

22. Receitas e despesas financeiras

_	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.380	1.762
Ajustes a valor presente - AVP	1.716	2.191
_	3.096	3.953
Despesas financeiras		
Encargos	(4.861)	(4.722)
Juros incorridos – REFIS	(3.451)	(3.259)
Variação cambial passiva	` (371)	(1.608)
	(8.683)	(9.589)
Receitas (despesas) financeiras , líquidas	(5.587)	(5.636)

23. Informações por segmento e reconciliação da receita líquida

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- a) Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda); e
- b) Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negocio de forma única.

Informações da receita em:

<u>31/12/2012</u>	Receitas no	Total		
Demanda	Interno	Externo		
Repetitiva	98.334	25.386	123.720	60%
Sob Encomenda	44.178	39.707	83.885	40%
Receita Bruta	142.512	65.093	207.605	100%
Deduções Receita	(21.416)	(2.406)	(23.822)	
Impostos	(18.603)	-	(18.603)	
Devoluções e Abatimentos	(1.342)	(1.638)	(2.980)	
Ajuste Valor Presente- AVP	(1.471)	(768)	(2.239)	
Receita Operacional Liquida	121.096	62.687	183.783	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

<u>31/12/2011</u>	Receitas no	Total		
Demanda	Interno	Externo		
Repetitiva	99.500	24.374	123.874	63%
Sob Encomenda	37.439	33.799	71.238	37%
Receita Bruta	136.939	58.173	195.112	100%
Deduções Receita	(21.466)	(1.455)	(22.921)	
Impostos	(16.352)	-	(16.352)	
Devoluções e Abatimentos	(2.926)	(558)	(3.484)	
Ajuste Valor Presente- AVP	(2.188)	(897)	(3.085)	
Receita Operacional Liquida	115.473	56.718	172.191	

Informação da receita líquida – distribuição geográfica:

	Fundidos de Aço –2012 Acumulado			Fundidos de Aço - 2011 Acumulado			
	Sob					Sob	
	Repetitivos	Encomenda	Total	Repeti	itivos	Encomenda	Total
Nacional	85.302	35.795	121.097	8	4.295	31.178	115.473
América Latina	1.870	12.822	14.692		448	13.464	13.912
America do Norte	21.469	19.481	40.950	2	1.042	10.847	31.889
Europa	89	5.965	6.054		-	8.643	8.643
Ásia	990	-	990		2.274	-	2.274
Total	109.720	74.063	183.783	10	8.473	64.132	172.191

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

24. Despesas por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado pelas principais naturezas:

Custo	31/12/2012		31/12/20	11	
343.3	01/12/2011	<u> </u>	01/12/20	· ·	
Insumos Diretos	(47.024)	35,0%	(52.158)	41,3%	
Materiais Indiretos	(8.451)	6,3%	(7.414)	5,9%	
Custos com Pessoal	(44.138)	32,9%	(40.610)	32,2%	
Serviços de Terceiros	(10.287)	7,7%	(8.396)	6,6%	
Outras Despesas	(24.336)	18,1%	(17.648)	14,0%	
Total dos custos	(134.236)	100%	(126.226)	100%	
Despesas com Vendas	31/12/2012		31/12/201	31/12/2011	
Comissões	(5.363)	46,8%	(4.845)	43,5%	
Fretes	(1.336)	11,6%	(1.249)	11,2%	
Materiais	(48)	0,4%	(43)	0,4%	
Mão de Obra	(2.392)	20,9%	(2.605)	23,4%	
Serviços de Terceiros	(541)	4,7%	(487)	4,4%	
Outras Despesas	(1.786)	15,6%	(1.914)	17,1%	
Total das despesas	(11.466)	100%	(11.143)	100%	
_					
Despesas Administrativas	31/12/2012		31/12/20	31/12/2011	
Materiais	(290)	1,6%	(320)	2,0%	
Mão de Obra	(5.412)	29,4%	(4.997)	31,2%	
Locação de Equipamentos	(199)	1,1%	(177)	1,1%	
Honorários c/ encargos	(5.371)	29,2%	(5.133)	32,1%	
Serviços de Terceiros	(3.253)	17,7%	(2.421)	15,2%	
Outras Despesas	(3.854)	21,0%	(2.934)	18,4%	
Total das despesas	(18.379)	100%	(15.982)	100%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

Membros da Administração

Diretoria

CacídioGirardi – Diretor Presidente e Relação com Investidor Duncan Roderick MC Kay - Diretor

Contador

Cleber Roberto Pisetta CRC-SC 025.984/O-7